



**EIXO TEMÁTICO:**

Compartilhamento da Informação e do Conhecimento

---

## **OS SURDOS E OS AMBIENTES INFORMACIONAIS**

### ***DEAF PEOPLE AND INFORMATION ENVIRONMENTS***

Marcia Crispim Junior (UEL) - marcia.cj@hotmail.com

Sueli Bortolin (UEL) - bortolin@uel.br

João Arlindo dos Santos Neto (UEL) - santosneto@uel.br

**Resumo:** As pessoas denominadas ouvintes, muitas vezes, por questões de analfabetismo ou barreiras culturais têm dificuldade em acessar a informação com autonomia. Para aquelas com deficiência auditiva as barreiras são, em geral, intransponíveis, causando-lhes impotência e sofrimento. Este trabalho objetiva discutir as dificuldades encontradas pelos surdos nos ambientes informacionais, especificamente na biblioteca. Para tanto, abordou-se a história da deficiência no Brasil, a biblioteca acessível e a urgência de capacitação dos bibliotecários para realizar as mediações necessárias para o acesso facilitado à informação por esta população. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, a partir de referenciais teóricos da Educação, Psicologia e Ciência da Informação. Os resultados evidenciam que tanto os bibliotecários precisam aperfeiçoar suas práticas e processos informacionais direcionados a esse público quanto os ambientes de informação carecem de iniciativas igualitárias. Conclui-se que o bibliotecário e demais profissionais da biblioteca devem ir além de aprender a língua de sinais, mas também compreender a leitura, a escrita e o comportamento dos sujeitos surdos.

**Palavras-chave:** Surdos. Biblioteca Acessível. Mediação ética. Inclusão. Acessibilidade.

**Abstract:** People called listeners frequently have hardship to access information with autonomy, due to illiteracy or cultural barriers. For those with hearing impairment these barriers are generally impassable, which causes them impotence and suffering. This work aims to discuss the difficulties met with by deaf people in information environments, specifically in the library. Therefore we approached the impairment's history in Brazil, the accessible library and the urgency of qualifying librarians to perform the needed mediation for an easier information access to this population. The adopted methodology is bibliographical research, comprising theoretical references of Education, Psychology and Information Science. The results show both that librarians need to improve their practices and informational processes directed to this public and information environments lack egalitarian initiatives. We conclude that the librarian and other library professionals must go beyond learning sign language, but also understand the reading, the writing and the behavior of deaf subjects.

**Keywords:** Deaf people. Accessible Library. Ethical mediation. Inclusion. Accessibility.

## 1 INTRODUÇÃO

Durante muitos anos e em algumas culturas, as crianças que nasciam com deficiência física, cognitiva ou sensorial eram abandonadas, assassinadas ou exploradas pelos adultos por toda a vida. O pensamento que havia naquela época era que essas crianças seriam um fardo, e conseqüentemente atrasariam a vida da comunidade.

Há algum tempo se reconhece que a surdez pode ser oriunda de diferentes situações, entre elas a meningite. Há um teste que é aplicado nos recém-nascidos para identificar algum sinal de surdez; em caso positivo, dependendo do grau dessa surdez e da rapidez na intervenção, as melhorias podem ser significativas. Caso não haja uma forma de tratamento, os pais vislumbram a luta que irão travar primeiro consigo mesmos (aceitação e medo) e depois com a sociedade, em decorrência do preconceito.

Acredita-se que as pessoas surdas não são “amaldiçoadas”, mas sim vítimas de alguma alteração genética ou abuso dos pais (por exemplo, uso de drogas). Portanto, é possível afirmar que a criança precisa de apoio, afeto e de tratamento.

Continuando a narrativa histórica, vale destacar que no passado certas culturas tinham a postura de apontar as deficiências como desgraça, e isto provocava uma postura desumana, cruel e equivocada. Atualmente, em geral, as pessoas que nasceram ou adquiriram uma deficiência não são escravizadas e exploradas, porém a maioria continua sofrendo a rejeição. Conseqüentemente, em decorrência da não aceitação, muitos indivíduos se sentem intimidados, desencorajados a lutar pelos seus direitos à educação, saúde, segurança e o “livre arbítrio” como qualquer cidadão.

Muitos desses indivíduos não se deixam abater pelos problemas que possuem, mas ainda são necessárias muitas iniciativas como leis, decretos, declarações e diminuir a lentidão ao colocá-las em prática. Um exemplo foi a criação de sistemas de comunicação para que as pessoas com deficiência possam conversar. Em outras palavras, os cegos podem ler e escrever com o braile, os surdos possuem a Língua Brasileira de Sinais (Libras), os deficientes físicos podem usar próteses ou equipamentos que os ajudam em sua locomoção e amenizam as barreiras. Há alguns anos muitas dessas iniciativas ainda eram tímidas e a maioria dos espaços não era adaptada para essas pessoas.

Sendo assim, objetivou-se nesse trabalho tratar especificamente das dificuldades e necessidades dos surdos nos ambientes informacionais, especificamente na biblioteca, pois em se tratando dos surdos, identificar surdez (total e/ou parcial) desses indivíduos pode ser difícil.

A justificativa para esta investigação é evidenciar a importância de todo gênero de biblioteca ser acessível, nos aspectos físico, informacional, comunicacional e atitudinal, ampliando a interação entre os surdos e ouvintes. Diante disso, pretende-se enveredar neste mundo de “silêncio”. Para tanto, este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: a presente introdução e os procedimentos metodológicos. Sequencialmente aborda-se a deficiência auditiva no Brasil, a Biblioteca Acessível e as mediações éticas do bibliotecário, seguidas pelas considerações finais.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa é de natureza exploratória com abordagem qualitativa, o que na concepção de Flick (2009, p. 25) “[...] não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado. Diversas abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discussões e a prática da pesquisa. Os pontos de vista subjetivos constituem um primeiro ponto de partida [...]”. Como método utilizou-se a pesquisa bibliográfica.

Os documentos publicados ajudaram na realização desse trabalho, pois possibilitaram aos pesquisadores a localização de informações, como definições, parâmetros etc. Portanto, esse tipo de método permite “[...] explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses.” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 60). Marconi e Lakatos (2013) acrescentam que na pesquisa bibliográfica deve haver as seguintes etapas: Identificação e Localização das referências, e posteriormente Compilação e Fichamento das mesmas. Nesta comunicação, se apresentam os resultados e discussões ao longo do trabalho a partir da interlocução dos múltiplos discursos localizados na literatura científica.

Dessa maneira, esse trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas feitas em publicações nas áreas da Educação, Psicologia e Ciência da Informação. Com isso se almeja colaborar com a conscientização da importância, e logo com a capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) dos profissionais nos ambientes

informativos, para melhor atender seus usuários surdos.

### 3 DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO BRASIL

Poder-se-ia realizar uma pesquisa com foco na deficiência visual, por exemplo, mas a opção pela deficiência auditiva ocorreu por concordar-se com Coneglian e Casarin (2006, p. 3), ao afirmarem: “[...] que a surdez como uma deficiência invisível, dificulta identificar os surdos com simples observação, o que faz estes sujeitos fundirem-se com a multidão.”.

Outra motivação é que pesquisas ligadas aos cegos estão presentes na Ciência da Informação (CI) há muitos anos, com enfoque inicial na aquisição do livro braile, e atualmente nas tecnologias assistivas; por outro lado as pesquisas voltadas aos surdos ainda são mais escassas.

Essa ausência não pode ser justificada apenas na observação de que uma pessoa com deficiência auditiva tem maior desenvoltura para se locomover e frequentar os diferentes equipamentos, entre eles a escola, o *shopping*, a igreja ou a biblioteca. É necessário refletir quanto à quantidade de perdas cognitivas, culturais e afetivas que uma pessoa tem quando o funcionamento da sua audição não é pleno. Isto desde os mais remotos tempos provoca a discriminação.

Para Corradi (2011, p. 21), “Muitas situações de frustração, fracasso, descaso e iniciativas cinzentas podem ser encontradas na história de vida dos surdos em diversos ambientes.” Acredita-se que as condições sociais e educacionais das pessoas surdas começam a melhorar com o surgimento da comunicação através dos sinais. No Brasil, segundo Ramos ([200-?], p. 8), começa-se a “[...] educação dos surdos brasileiros [com] a fundação, no Rio de Janeiro, do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES), através da Lei 839, que D. Pedro II assinou em 26 de setembro de 1857 [...]”.

*A priori* foi adotado o modelo francês para educação dos surdos, e posteriormente, o modelo brasileiro. Para melhor entendimento Monteiro (2006, p. 5) narra a seguinte trajetória:

Em 1856, chegou ao Brasil o professor Ernest Huet, surdo francês que trouxe o alfabeto manual francês e alguns sinais para o Brasil. Os surdos brasileiros, que deviam usar algum sistema de sinais próprio, em contato com a Língua de Sinais Francesa (LSF), produziram a Língua de Sinais Brasileira [...].

A vinda desse professor francês foi, de certo modo, um significativo passo

para melhorar a realidade dos surdos no Brasil, uma vez que este trouxe de fato um sistema de comunicação que mais tarde ajudaria na criação do sistema de comunicação brasileiro. Ramos ([200-?], p.8, grifo do autor) afirma que o principal documento que aborda a Libras é intitulado “[...] *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, de autoria do aluno surdo Flausino José da Gama, com ilustrações de sinais separados por categorias (animais, objetos, etc)”. Sendo ele publicado em 1875.

Além do INSM o *Instituto de Santa Terezinha*, em São Paulo, ainda que restrito apenas às moças surdas, foi também importante para educação brasileira. (MONTEIRO, 2006). Estas instituições certamente ajudaram e ainda ajudam toda comunidade surda. Apesar das dificuldades ao longo do tempo (proibição, mistura de surdos com ouvintes), elas resistem, ou melhor, os alunos resistem, pois estas são voltadas especificamente para eles.

Outro documento fundamental para os cidadãos surdos é a Lei nº. 10.436, que foi decretada em 24 de abril de 2002<sup>1</sup> e que oficializa o uso da Libras no Brasil. Se esta decisão não tivesse sido tomada o prejuízo social seria maior.

A língua de sinais é um instrumento de emancipação e autonomia que colabora com a aprendizagem da criança surda. Para Guarinello (2007) a incorporação da Língua ocorre naturalmente em decorrência da troca entres os sujeitos. Para uma criança surda, será o primeiro contato com uma língua e esta será sua língua principal, tornando-a uma pessoa monolíngue.

Porém, se as pessoas de seu convívio assim o desejarem, se tornarão bilíngues, uma vez que já têm a língua falada como majoritária e depois aprenderão a Libras. Nessa linha de pensamentos pode-se inferir que mediante a necessidade de comunicação com o indivíduo surdo e também pela exposição à língua, esse processo de aprendizado possivelmente se tornará satisfatório, pois a observação, repetição e entendimento dos sinais serão frequentes, justamente porque há urgência em aprender.

Se os ouvintes podem aprender a língua de sinais com certa dificuldade, os surdos, nos casos de menor comprometimento físico, podem aprender o português, e assim se transformam em pessoas bilíngues. Guarinello (2007, p. 32), comenta

---

<sup>1</sup> Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados (BRASIL, 2002).

sobre o aparecimento do sujeito bilíngue:

No final da década de 1970, principalmente nos Estados Unidos, inicia-se um movimento de reivindicação pela língua e cultura das minorias linguísticas, sendo os surdos considerados membros de uma comunidade minoritária que usa um idioma próprio, ou seja, a língua de sinais. A partir daí, eles passaram a reivindicar o direito de usar a língua de sinais como primeira língua (L1) e de aprender a língua majoritária como segunda língua (L2). Surge, então, a opção de uma abordagem bilíngue para os surdos [...]

Os próprios surdos apresentaram esse interesse ou necessidade em aprender a língua majoritária, e depois, é claro, essa proposta possivelmente se alastrou pelo mundo. Partindo dessa proposta, esse aprendizado na fase escolar seria muito satisfatório, pois nesse período a criança está aprendendo a língua de sinais L1 (prioritária), e depois o português L2 (majoritária) ou ambas ao mesmo tempo. Novamente, se apresenta o discurso de Guarinello (2007, p. 46-47), ao explicar que:

[...] No bilinguismo simultâneo, a criança surda é exposta às duas línguas com diferentes interlocutores: a de sinais com interlocutores surdos e a majoritária com ouvintes, logo que a surdez tenha sido diagnosticada. A segunda forma de bilinguismo é caracterizada pelo ensino da língua majoritária somente após a aquisição da língua de sinais, chamada de modelo sucessivo. Nesse modelo, a criança surda só deve aprender uma segunda língua quando já tiver o domínio da primeira.

Da mesma forma que os ouvintes tendem a querer dominar um segundo idioma, os surdos também se interessariam em aprender a língua majoritária. Talvez esse domínio possa fazer com que eles se sintam mais seguros, inclusos na sociedade. Para Pupo (2008) a escola (aqui incluímos as universidades), por exemplo, devem estar preparadas para receber pessoas com deficiência auditiva. Como sugestão, a referida autora lista as providências a seguir:

- Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, quando necessário, na realização de provas ou na revisão, complementando a avaliação expressada em texto escrito ou quando o texto não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- Materiais de informação aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos. (PUPO, 2008, p. 67).

Propostas como estas contribuem de forma significativa para o acesso à informação pelos surdos, mas não são suficientes para a construção de um

ambiente informacional sem barreiras. Para tanto a seguir discute-se aspectos da biblioteca acessível.

#### **4 BIBLIOTECA ACESSÍVEL**

Reconhece-se que a biblioteca é um lugar de estudos, interação, relaxamento; contudo, deve estar adaptada para que todos os indivíduos (sem discriminação) possam desfrutar de seu espaço. Isso não apenas em termos de acessibilidade física, mas em especial na comunicação e recuperação da informação. Nesse sentido, Moraes (2011, p. 21) ressalta que:

A biblioteca deve se fazer apta para a recepção do usuário com surdez modificando seu ambiente a favor dele, com indicações visíveis, com figuras, modificação seu acervo para que possa atraí-lo e dar qualificação ao seu grupo profissional para que haja a comunicação, e que o atendimento aconteça de forma positiva.

Isto posto, é necessário alertar que a biblioteca deve ser um lugar receptivo, acolhedor, respeitando as diversidades dos usuários, preparando seus profissionais para que estes possam atender e satisfazer suas necessidades informacionais; realizando isto de maneira a despertar o interesse dos mesmos em não somente usar a biblioteca, mas permanecer na sua ambiência.

“O acesso à informação contida no livro, na internet, e nas mais variadas fontes, viabilizado pela biblioteca, é condição básica para o desenvolvimento da cidadania.” (MORAIS, 2011, p. 13), portanto, pode-se questionar: como os indivíduos com deficiência auditiva lidam com a busca da informação em uma biblioteca? Como o bibliotecário se comunica com os surdos que recorrem à biblioteca? Possivelmente as respostas para estas perguntas seriam espontâneas e até simplórias: a partir da leitura labial ou da escrita em um papel. Porém, como a escrita da maioria das pessoas com deficiência auditiva não se constrói de forma idêntica à do ouvinte, haverá uma comunicação completa?

Esse recinto de conhecimento e todos seus materiais devem ser disponibilizados para todos e sem exceção. Coneglian e Casarin (2006, p. 3) afirmam que assumindo “[...] a biblioteca como promotora e difusora do conhecimento acumulado na história, qualquer caráter e/ou ação de exclusão devem ser eliminados e/ou minimizados.”. Diante disso, acredita-se que antes de tudo os usuários com necessidades especiais precisam se sentir acolhidos, compreendidos, para que a presença na biblioteca e seu entorno seja frequente.

Assim, é possível inferir que os profissionais da biblioteca precisam destes e de outros conhecimentos que façam este profissional realizar uma mediação de forma humanizada e ética.

## **5 MEDIAÇÕES ÉTICAS DO BIBLIOTECÁRIO**

Tanto na educação quanto na saúde, segurança e ambiente de trabalho, há pessoas com deficiências físicas, cognitivas e sensoriais. Estas merecem ser incluídas nos diferentes ambientes com dignidade. Entretanto, se atenta especificamente aos surdos, em geral, olhados como indivíduos difíceis de serem atendidos na biblioteca. Até há um esforço por parte dos que nela trabalham, mas normalmente permanece uma sensação de frustração de ambas as partes (surdo e ouvinte) por não conseguirem se entender, e como resultado pode surgir a exclusão. Porém, vislumbra-se que a solução para este impasse é a capacitação (técnica e cultural) dos profissionais para que a comunicação realmente ocorra. Esta é uma maneira de mostrar para a pessoa surda que a biblioteca se preocupa em incluí-la.

Quanto ao preparo dos profissionais que atuam em uma biblioteca, é possível afirmar que a realidade no Brasil não é confortável. Há na literatura biblioteconômica poucos relatos de experiência no sentido de incluir sujeitos afetados pela surdez. Ao pensar na mediação que é uma ação dialógica, um ato que ocorre no momento da relação do usuário da informação com os mediadores dos espaços informacionais, a situação se complica, pois como se comunicar com uma pessoa surda se a maioria dos bibliotecários não domina a Libras?

Uma solução bem simples são os cursos, debates e as oficinas de capacitação dos profissionais para aprendizagem da Libras. Cobra-se tanto dos profissionais da CI estudar inglês, para utilizar com maior agilidade as bases de dados, por exemplo, e por que não estimulá-los a dominar a Libras? Outra iniciativa é trazer para a equipe da biblioteca funcionários com deficiência auditiva. Reconhece-se, no entanto, que “[...] cada biblioteca é um caso à parte, uma realidade que deve buscar seus próprios caminhos para construir espaços cada vez mais acessíveis.” (BAPTISTA, 2008, p. 25).

Porém, uma atitude inclusiva não é apenas uma representação de solidariedade, mas também de responsabilidade social, portanto ética. Abordando a mediação da leitura na escola, Bortolin (2013, p. 427) argumenta que:



Infelizmente quando as pessoas, em sua maioria, pensam em ética, lembra-se de ações materiais ou financeiras, principalmente de gestores públicos: desvios de verba, corrupção; sendo raro, por exemplo, pensar nas diferentes condutas na escola, entre elas omissões, desrespeito, comodismo que levam o educando ao desgosto e não o gosto em ler literatura.

Colocar-se no lugar do surdo e reconhecer nele a potencialidade em se tornar usuário adepto dos ambientes informacionais é possibilitar tal inclusão e pertencimento. Portanto, uma das principais iniciativas do bibliotecário é a gestão de acervos com a prioridade na aquisição de livros acessíveis.

Após dialogar com os múltiplos discursos aqui expostos, apresentam-se as considerações finais desta comunicação, que procurou ressaltar o papel dos profissionais que atuam nos ambientes informacionais como mediadores para os surdos, bem como as dificuldades encontradas por esses sujeitos ao procurar tais espaços.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As pessoas denominadas ouvintes, muitas vezes por questões de analfabetismo ou barreiras culturais, têm dificuldade em acessar a informação com autonomia. No caso dos surdos a leitura, a escrita e a comunicação se tornam mais complicadas.

Diante do discurso apresentado neste trabalho, especialmente dos surdos no Brasil e a criação de um sistema de comunicação, denominado Libras, se constatou o quanto foi longo o caminho para conquistar o reconhecimento desse sistema de comunicação, visto que uma decisão tomada em um congresso, proibindo o ensino desta, prejudicaria muitos.

Como mencionado anteriormente, assim como houve a conquista pelo reconhecimento da Libras, os surdos também estão buscando o seu espaço na sociedade através da interação com as pessoas, na busca de informação nos ambientes informacionais, e logo, pelos meios de comunicação. Estes dois últimos dispositivos ainda necessitam disponibilizar o acesso à informação a partir dos profissionais que neles atuam, mas primeiramente é necessário aprender o uso da língua de sinais, para que haja de fato comunicação e mediação entre sujeitos surdos e profissionais da informação. Precisam também entender como é a leitura, a escrita dos surdos e como eles se comportam. Em consequência disso, o mediador

tende a despertar no usuário surdo o sentimento de pertença.

## REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, M. I. S. D. Convivendo com as diferenças. In: PUPO, D.T.; MELO, A.M. FERRÉS, S.P. (Org.). **Acessibilidade**: curso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2008.
- BORTOLIN, S. A ética na mediação da leitura na biblioteca escolar. **Ensino Em Revista**, Uberlândia, v.20, n.2, p.423-434, jul./dez. 2013.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. **Presidência da República**. Casa Civil. Brasília. D.F. 24 de abril de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 27 maio 2017.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.
- CONEGLIAN, A. L. O.; CASARIN, H. de C. S. Biblioteca inclusiva: perspectivas internacionais para o atendimento a usuários com surdez. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 7., 2006, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: UNESP, 2006. <<http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/1268>>. Acesso em: 26 mar. 2017.
- CORRADI, J. A. M. **Acessibilidade em ambientes informacionais digitais**. São Paulo: Unesp, 2011.
- FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GUARINELLO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo, Plexus, 2007.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MONTEIRO, M. S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. **ETD-Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.292-302, jun. 2006. Disponível em: <[http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10178/ssoar-etd-2006-2-monteiro-historia\\_dos\\_movimentos\\_dos\\_surdos.pdf?sequence=1](http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10178/ssoar-etd-2006-2-monteiro-historia_dos_movimentos_dos_surdos.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 27 maio 2017.
- MORAIS, B. I. M. de. **Bibliotecas Inclusivas**: Mediação com o usuário surdo. 2011. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/bibtcc/files/p/383/383.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.

PUPO, D. T. Cumprindo a legislação. In: PUPO, D. T.; MELO, A. M. FERRÉS, S. P. (Org.). **Acessibilidade**: curso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2008.

RAMOS, C. R. **LIBRAS**: a língua de sinais dos surdos brasileiros. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2017.